

Mudanças na estrutura do emprego e os desafios para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Amilton J. Moretto¹

O bom desempenho da economia brasileira na década de 2000, cuja taxa de crescimento do produto média entre 2001 e 2010 ter se situado em torno de 3,6% a.a., com ritmo mais forte na segunda metade da década (2006-2010) com crescimento de cerca de 4,5% a.a., foi bastante favorável ao mercado de trabalho. Este, ao longo desse período, teve como aspecto marcante a recuperação do emprego com vínculo de trabalho formalizado (registro em carteira de trabalho), com destaque para os grandes estabelecimentos. Esse dinamismo do emprego formal reverteu a tendência queda da participação relativa dessa forma de inserção ocupacional que era observada desde o início da década de 1980 e que se intensificou com a reestruturação econômica e produtiva da década de 1990 (Cardoso Jr, 2009; Baltar et al., 2010; Krein, Santos e Moretto, 2013).

O bom desempenho na geração de emprego no período, associado à melhoria dos salários, particularmente do salário mínimo, e da ampliação de políticas sociais e de proteção à renda, repercutiram favoravelmente sobre a condição de vida dos brasileiros, que se refletiu sobre a redução da pobreza e da desigualdade de renda, como apontam diversos estudos (Cacciamali e Camillo, 2009; Barbosa e Moretto, 2012; Lavinias, 2012; Soares e Sátyro, 2010). Essa melhoria do mercado de trabalho e a ampliação das políticas sociais, ao mesmo tempo em que permitiram melhoria das condições de vida da população, influenciou, também o comportamento das famílias e dos jovens em relação à entrada no mercado de trabalho, cuja tendência tem sido de postergação para a entrada na vida ativa.

Diante desse quadro, setores empresariais passaram a reclamar de falta de mão de obra qualificada, que poderia colocar em risco a continuidade do crescimento econômico. Alguns exemplos dessas manifestações podem ser observadas nas seguintes reportagens: “Brasil estuda incentivar vinda de jovens estrangeiros qualificados para trabalhar no país”, Agência Brasil, 22/08/2012; “Qualificação da mão de obra brasileira, uma nova urgência”, SAE na Mídia, 28/02/2013; “Ipea: país não vive pleno emprego nem há falta de mão de obra qualificada”, Agência Brasil, 07/10/2013; “Falta de mão de obra qualificada afeta 65% das empresas, diz CNI”, Agência Brasil, 28/10/2013; “Falta de mão de obra qualificada é um dos

¹ Economista, professor e pesquisador do Cesit/IE/UNICAMP. (amilton.moretto@gmail.com).

principais obstáculos à inovação na indústria”, Agência Brasil, 05/12/2013; “Falta de mão de obra qualificada emperra crescimento no NE”, Exame Fórum, 15/04/2014; “O que o mercado quer? Profissionais com poder de adaptação”, Exame Força de Trabalho, 17/04/2014.

Do ponto de vista demográfico, o problema se apresenta como uma oferta insuficiente de mão de obra, mas não em termos numéricos, pois a quantidade de trabalhadores disponíveis para trabalhar pode ser igual (pouco maior ou pouco menor) ao total de vagas disponíveis. A questão diz respeito ao perfil requerido pelas empresas contratantes, isto é, trabalhadores disponíveis para trabalhar com as habilidades e capacitações necessárias a boa execução das tarefas e rotinas do posto de trabalho. Uma questão adicional está relacionada ao aspecto espacial, ou seja, muitas vezes a vaga de trabalho existente está situada em determinada região, enquanto o trabalhador com o perfil necessário ao preenchimento dessa vaga aberta reside em outra região, muitas vezes não muito distante.

Diante dessa questão, o artigo procura, a partir de algumas evidências empíricas disponíveis, avaliar em que medida há falta de mão de obra qualificada, olhando para a oferta de mão de obra e para como a força de trabalho foi absorvida entre 2004 e 2012, para num momento seguinte refletir sobre o papel que o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (ou o Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente que venha incorporá-lo) pode desempenhar como instrumento facilitador na alocação da mão de obra, com vista à suprir a maior demanda por mão de obra qualificada.

A análise utiliza informações obtidas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE para os anos de 2004. Trabalha-se com a população de 15 anos ou mais de idade, dividindo-a em dois grandes grupos: a população jovem, com 15 anos até 29 anos de idade; e a população adulta, com 30 anos de idade ou mais.

Considera-se também para a análise algumas variáveis condicionantes como sexo, a escolaridade do indivíduo, que foi classificada em quatro faixas: i) ensino fundamental incompleto (inclui desde aqueles não alfabetizados até aqueles que não concluíram o ensino fundamental); ii) ensino fundamental (inclui aqueles que concluíram o ensino fundamental e aqueles que não concluíram o ensino médio); iii) ensino médio (inclui aqueles que completaram o ensino médio e aqueles que não completaram o ensino superior); e iv) ensino superior (inclui aqueles que concluíram o ensino superior ou de nível de pós-graduação).

Além disso, verificou-se a condição de atividade da pessoa na semana de referência da pesquisa (economicamente ativa e não economicamente ativa), bem como a condição de ocupação da pessoa na semana de referência (ocupado e desocupado) para aqueles que se encontravam economicamente ativos. Com essas informações, construiu-se os indicadores taxa de participação e taxa de desocupação.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e considerações finais. Na primeira apresentam-se as principais mudanças ocorridas na oferta de mão de obra entre 2004 e 2012, utilizando-se como indicadores a taxa de participação e a variação percentual entre os dois anos analisados. Na segunda seção a análise se concentra em como a oferta de mão de obra foi absorvida. Para isso, verifica-se o comportamento da população economicamente ativa e as principais mudanças ocorridas no período analisado entre os ocupados e os desocupados. Na terceira seção discute-se, à luz das informações precedentes, o papel que o serviço público de emprego pode desempenhar em relação tanto no estímulo a maior participação da população no mercado de trabalho, como na facilitação da contratação do trabalhador com o perfil adequado pelo setor empresarial.

1. Mudanças na oferta de mão de obra entre 2004 e 2012

Nesta seção, o objetivo é apresentar as alterações na oferta de mão de obra ao longo da década de 2000, mais especificamente entre os anos de 2004 e 2012 por meio da análise do ritmo de crescimento da população ativa e da taxa de participação, construídos a partir dos microdados da PNAD/IBGE para os respectivos anos.

Entre os anos analisados, a população em idade ativa – 15 anos ou mais – passou de 131,5 milhões de indivíduos para 151,4 milhões de indivíduos, um aumento de 15%, com as mulheres representando 52% do total em ambos os anos. Esse crescimento da população com 15 anos ou mais de idade, quando analisada condição de atividade desse conjunto de indivíduos, verifica-se que o ritmo de inserção na vida ativa foi menos intensa (10,6%), inferior ao crescimento do conjunto da população de 15 anos ou mais e bem abaixo da população não economicamente ativa (24,8%). Esse padrão repete-se quando a condição de sexo é observada com ritmos semelhantes, conforme a tabela 1.

Tabela 1

Variação % entre 2004 e 2012 da População de 15 anos ou mais segundo condição de atividade na semana de referência, faixa de escolaridade, sexo e grupo etário. Brasil.

Faixa de Escolaridade	Total			15 até 29			30 e mais		
	Total	PEA	PNEA	Total	PEA	PNEA	Total	PEA	PNEA
Total									
E. F. Incomplet	-10,1	-21,2	8,3	-39,4	-48,5	-22,5	0,9	-10,4	19,0
E. Fundamental	19,3	10,6	36,7	6,0	-5,1	23,6	38,0	28,9	64,1
E. Médio	52,4	49,1	65,0	31,7	28,1	46,5	71,5	69,1	80,0
E. Superior	76,2	74,4	86,5	83,4	82,3	91,8	74,4	72,2	85,5
Total	15,1	10,6	24,8	-1,1	-5,3	8,5	24,7	20,3	34,2
Feminino									
E. F. Incomplet	-11,2	-26,6	2,5	-44,3	-56,5	-32,9	-0,6	-16,7	13,6
E. Fundamental	17,4	5,3	32,3	2,3	-13,9	19,1	38,3	27,5	55,2
E. Médio	49,5	44,0	63,4	28,2	22,6	44,7	69,3	65,5	77,6
E. Superior	83,2	79,7	98,5	81,8	83,1	73,8	83,6	78,7	103,6
Total	15,1	10,9	20,6	-1,9	-4,9	2,4	24,7	20,4	30,0
Masculino									
E. F. Incomplet	-9,0	-17,8	23,0	-35,4	-44,5	-2,0	2,5	-6,2	33,7
E. Fundamental	21,4	14,6	46,6	9,9	1,4	31,9	37,6	29,9	95,9
E. Médio	55,9	54,1	69,8	35,9	33,9	51,0	74,1	72,4	88,4
E. Superior	67,5	68,2	62,2	85,8	81,1	147,1	63,5	65,2	51,4
Total	15,1	10,4	35,5	-0,3	-5,7	20,8	24,8	20,3	46,0

Fonte: IBGE. PNAD, microdados, elaboração própria.

Ao se observar o crescimento condicionando-se pela faixa de escolaridade a que pertence a pessoa, verifica-se redução somente na faixa que inclui pessoas cuja escolaridade é o ensino fundamental incompleto (-10%), redução observada para as mulheres (-11%) e para os homens (-9%). Em todas as demais faixas de escolaridade ocorreu crescimento, e tanto maior foi esse crescimento quanto maior a faixa de escolaridade. Esse padrão pode ser observado, também, entre a população economicamente ativa, ainda que com intensidades diferenciadas. O mesmo não ocorre com a população não economicamente ativa, onde se constata crescimento em todas as faixas de escolaridade, inclusive daqueles com ensino fundamental incompleto.

Quando a análise analisa o crescimento da população jovem com idade de 15 até 29 anos e da população adulta com 30 anos ou mais, verifica-se forte queda da população com ensino fundamental incompleto entre os jovens (-39,4%), queda observada tanto entre aqueles economicamente ativos (-48,5%) como entre os não economicamente ativos (-22,5%), sendo a queda maior entre a população feminina do que entre a população masculina. Já em relação à população adulta, verifica-se queda do número de pessoas com o ensino fundamental incompleto somente entre os economicamente ativos (-10,4%), enquanto cresce a população

não economicamente ativa (19%), resultando em ligeiro aumento (0,9%) da população adulta nesta faixa de escolaridade. Deve ser destacado que esse crescimento decorre da contribuição da população masculina dessa faixa que cresceu 2,5%, especialmente dos não economicamente ativos (33,7%), enquanto que a população feminina dessa faixa apresentou redução (-0,6%), ainda que também tenha crescido entre aqueles não economicamente ativo (13,6%) entre os dois anos estudados.

Nas demais faixas de escolaridade verifica-se crescimento, tanto entre jovens como entre adultos de ambos os sexos. A exceção fica por conta da redução de jovens do sexo feminino economicamente ativas pertencente à faixa do ensino fundamental completo, que se reduziu em 13,9%, fazendo com que, no conjunto, a PEA dessa faixa caísse em 5,1%.

Os dados da tabela 1, anteriormente destacados, informam algumas mudanças importantes. O primeiro aspecto é o crescimento da população adulta (30 anos ou mais de idade) como decorrência da dinâmica demográfica e da mudança na estrutura etária que a população brasileira vem passando. Do ponto de vista da análise condicionada pelo sexo e escolaridade da pessoa, chama atenção a redução da população feminina menos escolarizada, sobretudo mais intensamente entre as mulheres jovens. Já entre os homens houve redução do número de pessoas jovens com menor escolaridade, enquanto entre os adultos isso somente ocorreu entre aqueles economicamente ativos. De outro ponto de vista, verifica-se que escolaridade da população como um todo cresceu, e mais fortemente nas faixas de maior escolaridade

Esse movimento observado nos parágrafos anteriores reflete os efeitos sobre a decisão em participar ou não do mercado de trabalho, que pode ser analisada pela taxa de participação apresentada na tabela 2. Tais indicadores mostram que entre os anos analisados diminuiu a taxa de participação, isto é, menor parcela da população em idade ativa está economicamente ativa, ocupada ou em busca de ocupação remunerada. Essa redução, ainda que pequena é observada tanto entre a população jovem como entre a população adulta, bem como entre homens e mulheres.

A taxa de participação masculina permanece bem superior à feminina, e praticamente não se alterou no período analisado, ainda que entre a população jovem ainda tenha ocorrido uma ligeira diminuição. Alguma nuance em relação ao grupo etário e ao sexo pode ser ressaltada. A taxa de participação das mulheres jovens é maior que a da população de mulheres adultas. Já entre a população masculina isso se inverte, com a taxa de participação dos homens adultos sendo maior que a observada entre os homens jovens.

Tabela 2
Taxa de Participação segundo grupo etário, faixa de escolaridade e sexo.
Brasil, 2004 e 2012

Faixa de Escolaridade	Total		15 a 29		30 e mais	
	2004	2012	2004	2012	2004	2012
Total						
E. F. Incompleto	62,5	54,8	64,8	55,0	61,7	54,8
E. Fundamental	66,6	61,7	61,2	54,8	74,1	69,2
E. Médio	79,3	77,6	80,7	78,5	78,0	76,9
E. Superior	84,7	83,8	88,7	88,2	83,6	82,6
Total	68,5	65,9	69,3	66,4	68,0	65,6
Feminino						
E. F. Incompleto	47,2	39,0	48,2	37,6	46,8	39,2
E. Fundamental	55,1	49,4	51,0	42,9	60,8	56,1
E. Médio	71,8	69,2	74,7	71,5	69,0	67,5
E. Superior	81,5	80,0	86,1	86,7	80,2	78,1
Total	56,9	54,8	59,3	57,5	55,6	53,7
Masculino						
E. F. Incompleto	78,3	70,7	78,5	67,3	78,2	71,6
E. Fundamental	78,7	74,3	71,9	66,3	88,2	83,2
E. Médio	88,6	87,5	88,1	86,8	89,0	88,1
E. Superior	88,6	89,0	92,9	90,6	87,7	88,6
Total	81,2	77,9	79,6	75,3	82,2	79,1

Fonte: IBGE. PNAD, microdados, elaboração própria.

Quando a faixa de escolaridade a que pertence o indivíduo é considerada na análise da taxa de participação, verifica-se que quanto maior for a escolaridade, maior a taxa de participação, ou seja, a taxa de participação cresce com a escolaridade da pessoa, isso pode ser observado tanto entre as mulheres como entre homens, bem como entre os jovens e a população adulta. A exceção ocorre entre a população masculina jovem onde o grupo que possuía o ensino fundamental incompleto apresentava taxa de participação (78,5% em 2004 e 67,3% em 2012) maior que o grupo que possui o ensino fundamental (71,9% em 2004 e 66,3% em 2012), e, em 2004, no caso do grupo de homens adultos que com ensino médio, a taxa de participação (89%) era maior que o grupo de homens adultos com ensino superior (87,7%).

Algumas diferenças chamam a atenção quando se consideram as condições sexo, faixa de escolaridade e grupo etário conjuntamente. A taxa de participação das mulheres adultas é maior que a das mulheres jovens para aquelas cuja escolaridade é o ensino fundamental completo e incompleto. Isso se inverte entre as mulheres que pertencem as faixas de escolaridade do ensino médio e ensino superior, na qual a taxa de participação das jovens é maior que a das mulheres adultas. Entre a população masculina, a taxa de participação dos jovens é maior que a dos adultos entre aqueles com ensino fundamental incompleto em 2004 (78,5% contra 78,2%) e aqueles com ensino superior, enquanto nas demais faixas de

escolaridade os homens adultos apresentam taxas de participação maiores do que a dos jovens do sexo masculino.

De forma resumida, pode-se dizer que no período analisado a oferta de trabalho aponta para uma mudança na sua estrutura. Apesar da queda na taxa de participação tanto da população jovem de 15 a 29 anos como da população adulta de 30 anos ou mais, isso se deu como resultado de movimentos diferenciados. Enquanto a população adulta cresceu a população jovem diminuiu. A queda da taxa de participação entre os adultos se deu pelo crescimento da população econômica ativa ter se dado num ritmo menor que o da população não economicamente ativa. Por outro lado, a queda da taxa de participação dos jovens ocorreu pela redução da população economicamente ativa e o crescimento da população não economicamente ativa.

2. As mudanças na absorção da população ativa

Nesta segunda seção, a análise concentra-se em como a oferta de mão de obra foi absorvida, isto é, se a população economicamente ativa se encontrava ocupada ou desocupada. Para isso, são utilizados os indicadores taxa de desocupação e a distribuição da população ocupada nos anos estudados para se averiguar as principais mudanças ocorridas no período. Analisa-se, primeiramente, a taxa de desocupação, seguindo-se pela análise da estrutura ocupacional.

Entre os anos estudados observa-se a redução da taxa de desocupação (tabela 3) para o conjunto da população ativa. Assim, do total de pessoas economicamente ativas em 2004, 8,8% estavam desocupadas, percentual que caiu para 6,1% em 2012. Essa queda na taxa de desocupação também é verificada entre as mulheres e entre os homens, com a taxa de desocupação feminina permanecendo mais elevada que a taxa masculina. Da mesma forma, verifica-se queda da desocupação entre jovens e entre os adultos, sendo que a taxa de desocupação destes últimos manteve-se mais baixa do que a taxa dos jovens.

Quando se acrescenta a condição de escolaridade dos economicamente ativos na análise da taxa de desocupação, também se pode constatar a queda da taxa de desocupação em todas as faixas de escolaridade, tanto entre a população feminina como entre a população masculina, bem como entre os jovens e os adultos. Ou seja, a melhoria das condições do mercado de trabalho atingiu todos os segmentos da população a qual se está analisando. Entretanto,

algumas especificidades sobressaem-se. Os grupos de mulheres jovens com baixa escolaridade (fundamental ou inferior) são os que apresentam as maiores taxas de desocupação em ambos os anos, sendo que a redução da taxa entre aquelas com ensino fundamental incompleto foi pequena.

Tabela 3
Taxa de Desocupação da população de 15 anos ou mais segundo sexo, faixa de escolaridade e grupo etário. Brasil, 2004 e 2012.

Faixa de Escolaridade	Total		15 a 29		30 e mais	
	2004	2012	2004	2012	2004	2012
Total						
E. F. Incompleto	7,1	4,7	12,5	11,4	5,0	3,2
E. Fundamental	13,5	9,5	19,8	15,7	6,3	4,2
E. Médio	10,3	6,8	15,0	10,4	5,8	4,2
E. Superior	3,6	3,2	6,6	6,2	2,8	2,3
Total	8,8	6,1	14,9	11,6	5,1	3,5
Mulheres						
E. F. Incompleto	9,7	6,5	18,5	18,1	6,7	4,4
E. Fundamental	18,0	13,1	26,0	22,3	8,7	5,9
E. Médio	12,9	8,9	18,2	13,1	7,5	5,9
E. Superior	4,0	3,8	7,0	6,8	3,1	2,9
Total	11,6	8,2	19,6	15,1	6,8	4,9
Homens						
E. F. Incompleto	5,5	3,7	9,5	8,7	3,8	2,4
E. Fundamental	10,2	7,0	15,1	11,5	4,5	2,9
E. Médio	7,7	4,8	11,6	7,8	4,1	2,8
E. Superior	3,1	2,5	5,9	5,4	2,4	1,7
Total	6,7	4,6	11,4	8,9	3,8	2,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados. Elaboração própria.

Pelo ângulo da escolaridade, a maior taxa de desocupação está entre as pessoas que possuem o ensino fundamental completo (e o ensino médio incompleto), sendo seguido pelo grupo das pessoas com escolaridade inferior ao fundamental completo e a menor taxa se verifica entre aquelas que possuem o ensino superior, isso é observado tanto para a população feminina como para a população masculina. Para a mesma faixa de escolaridade, a taxa de desocupação masculina é sempre inferior à feminina, sendo a maior diferença encontrada na faixa da população com ensino fundamental completo e a menor, entre a população com ensino superior completo.

As maiores taxas de desocupação e as maiores diferenças de taxas entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma faixa de escolaridade pode ser observada entre a população jovem. Neste grupo etário as diferenças de taxas de desocupação são mais pronunciadas, especialmente entre as mulheres com ensino fundamental completo (22% em 2012), seguindo-se as jovens com o ensino fundamental incompleto (18%), com ensino médio (13%) e com ensino superior (6,8%). As taxas de desocupação não são apenas mais altas entre a população jovem do que a população adulta, mas também a diferença de taxas entre homens e mulheres é também maior entre os jovens, em detrimento, é claro para a população feminina, e maiores são as diferenças nas faixas de menor escolaridade.

A redução da taxa de desocupação esteve associada à diminuição do número de pessoas desocupadas, que passou de 7,9 milhões em 2004 para 6,1 milhões em 2012. Um aspecto importante a ser destacado diz respeito à distribuição dos desocupados segundo as condições analisadas. A população com ensino superior apesar de apresentar a menor taxa de desocupação foi a que apresentou aumento do número de desocupados (de 245 mil pessoas em 2004 para 385 mil pessoas em 2012), enquanto em todas as outras faixas de escolaridade registrou-se redução do número de desocupados. Ao lado da população com ensino médio, o grupo de desocupados com ensino superior foi o que apresentou aumento da participação no total de desocupados.

Como pode ser observado pela tabela 4, a população desocupada com ensino superior que representava 3% do total de desocupados em 2004 subiu para 6% em 2012. Por outro lado, o grupo com ensino médio que em 2004 representava 31% dos desocupados, passou a ser o maior grupo de desocupados, representando 40% do total em 2012. Diferentemente do grupo com ensino superior, no grupo com ensino médio ampliou-se o número de adultos desta faixa de escolaridade desocupados, enquanto que o número de jovens dessa faixa se reduziu entre 2004 e 2012.

Entre a população desocupada feminina, sobressaem as mulheres jovens com ensino médio, que representavam 27,6% do total em 2012 (24,5% em 2004) seguindo-se o grupo com ensino fundamental completo com 19,8% em 2012 (21% em 2004). O que se destaca é o crescimento do número de mulheres adultas desocupadas com ensino médio, cuja participação saltou de 10% em 2004 para 16,6% em 2012 do total de mulheres desocupadas, que associada a menor redução das mulheres jovens dessa faixa de escolaridade, fez com que a participação desse grupo subisse para 44,2% em 2012. Em termos relativos, esse crescimento entre 2004 e

2012 somente foi inferior ao crescimento do número de mulheres desocupadas com ensino superior, tanto daquelas pertencentes ao grupo etário jovem (78,3%) como ao grupo adulto (65,8%).

Tabela 4
Distribuição população 15 anos ou mais desocupada por sexo, segundo faixa de escolaridade e grupo etário. Brasil, 2004 e 2012 (em %)

Faixa de Escolaridade	2004			2012		
	15 a 29	30 e mais	Total	15 a 29	30 e mais	Total
Total						
E. F. Incompleto	19,2	19,2	38,5	11,7	14,4	26,1
E. Fundamental	21,3	5,9	27,1	20,8	6,5	27,3
E. Médio	22,4	9,0	31,3	25,7	14,5	40,3
E. Superior	1,2	1,9	3,1	2,7	3,6	6,3
Total	64,1	35,9	100,0	61,0	39,0	100,0
Mulheres						
E. F. Incompleto	16,8	18,4	35,2	9,2	12,9	22,1
E. Fundamental	21,0	6,0	27,0	19,8	6,7	26,5
E. Médio	24,5	10,0	34,5	27,6	16,6	44,2
E. Superior	1,4	1,9	3,3	3,1	4,1	7,2
Total	63,6	36,4	100,0	59,7	40,3	100,0
Homens						
E. F. Incompleto	22,4	20,4	42,8	15,2	16,4	31,5
E. Fundamental	21,6	5,6	27,2	22,2	6,2	28,4
E. Médio	19,5	7,6	27,1	23,2	11,7	34,9
E. Superior	1,0	1,8	2,8	2,3	2,9	5,1
Total	64,6	35,4	100,0	62,9	37,1	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados. Elaboração própria.

A população masculina alterou ligeiramente a proporção entre desocupados jovens e adultos, praticamente mantendo-se em 2/3 e 1/3, respectivamente. Destaca-se a mudança na composição com a redução da participação dos jovens e dos adultos com ensino fundamental incompleto (que em 2004 representavam, respectivamente, 22,4% e 20,4%), com o crescimento da participação dos jovens e adultos pertencentes às demais faixas de escolaridade, em especial os jovens com ensino médio, que passou a ser o grupo como maior participação (23,2%) e juntamente com os adultos dessa faixa etária passaram, em 2012, a representar 34,9% do total de desocupados.

As informações sobre as mudanças na composição dos desocupados realçam dois aspectos importantes que estão ocorrendo. O primeiro diz respeito à mudança na estrutura etária, ainda

que isso tenha sido mais acentuado no caso da população feminina onde as mulheres adultas aumentaram em 4 pontos percentuais sua participação no total de mulheres desocupadas. O outro aspecto importante diz respeito a ampliação da escolaridade da população, com contingentes populacionais maiores nas faixas de escolaridade mais elevada, com maior concentração na faixa com ensino médio completo. Ou seja, apesar da redução da população desocupada, aqueles que se mantem nesta condição em 2012 possuem maior escolaridade do que aqueles que se encontravam nessa situação em 2004.

A queda na desocupação foi acompanhada pelo aumento de 11,4 milhões de pessoas ocupadas o que significou um acréscimo de 14% entre 2004 (82,2 milhões) e 2012 (93,6 milhões). Da ampliação de 11,4 milhões, 54% (6,1 milhões) se deveu ao aumento da população masculina e 5,2 milhões à da feminina o que, em termos relativos, significou um crescimento da população feminina ocupada de 15% entre 2004 e 2012, pouco superior ao crescimento registrado pela população masculina (13%) no mesmo período. O maior crescimento relativo da população feminina ocupada não ampliou, contudo, a participação das mulheres que se situa em torno de 42% no total de ocupados.

O crescimento da população ocupada se deu entre os adultos (22%), enquanto entre os jovens registrou-se queda do número de ocupados (-1,6%). Essa redução do número de ocupados jovens se deu pela diminuição dos ocupados do sexo masculino (3%) enquanto entre as jovens do sexo feminino o número de ocupadas manteve-se estável (aumento de 0,4%). Com isso, verificou-se a perda de participação dos jovens tanto no total como entre as mulheres e os homens, com o aumento da participação dos adultos para cerca de 70% do total de ocupados. Deve-se considerar que o aumento da participação da população adulta resulta em parte pela passagem de parte daqueles que em 2004 estavam no grupo etário de jovens (aqueles com idade igual ou superior a 22 anos) para a população adulta, e parte a menor entrada de jovens no mercado de trabalho, haja vista a redução na taxa de participação.

Considerando-se a escolaridade da pessoa, a mudança na população ocupada que se destaca é a redução do número de pessoas com ensino fundamental incompleto que diminuiu 19% entre 2004 e 2012 (-24% entre as mulheres e -16% entre os homens), sendo essa redução mais forte entre a população jovem (-48%, sendo de -56% entre as mulheres e -44% entre os homens) do que entre a população adulta (-9%, sendo -15% entre as mulheres e -5% entre os homens). Em todas as demais faixas de escolaridade registrou-se crescimento no número de ocupados. Com isso a distribuição relativa da população ocupada vista com as condições de sexo,

escolaridade e idade apresentou alterações importantes conforme pode ser observado pela tabela 5.

Tabela 5
Distribuição da população de 15 anos ou mais ocupada por sexo, segundo faixa de escolaridade e grupo etário. Brasil, 2004 e 2012 (em %)

Faixa de Escolaridade	2004			2012		
	15 a 29	30 e mais	Total	15 a 29	30 e mais	Total
Total						
E. F. Incompleto	13,0	35,7	48,7	5,9	28,6	34,6
E. Fundamental	8,4	8,4	16,8	7,3	9,8	17,1
E. Médio	12,2	14,2	26,5	14,5	21,5	36,0
E. Superior	1,7	6,4	8,0	2,7	9,7	12,4
Total	35,3	64,7	100,0	30,5	69,5	100,0
Mulheres						
E. F. Incompleto	9,7	33,4	43,1	3,7	24,8	28,4
E. Fundamental	7,8	8,3	16,1	6,1	9,5	15,6
E. Médio	14,4	16,2	30,6	16,3	23,7	40,0
E. Superior	2,4	7,9	10,2	3,8	12,2	16,0
Total	34,2	65,8	100,0	29,9	70,1	100,0
Homens						
E. F. Incompleto	15,4	37,4	52,8	7,6	31,5	39,1
E. Fundamental	8,7	8,5	17,3	8,2	10,0	18,2
E. Médio	10,7	12,8	23,5	13,2	19,8	33,0
E. Superior	1,2	5,3	6,5	1,9	7,8	9,7
Total	36,0	64,0	100,0	30,9	69,1	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados. Elaboração própria.

A redução da população ocupada com menor escolaridade alterou a estrutura dessa população. Reduziram-se a participação dos ocupados com ensino fundamental incompleto e completo, porém, em conjunto, os ocupados pertencentes a essas duas faixas de escolaridade continuam a representar mais de 50% da população ocupada em 2012, sendo a maior proporção de adultos (38,4%) do que de jovens (13,2%). Essa redução pode estar associada em parte ao aumento da escolaridade, sobretudo dos jovens, que passam para a faixa superior de escolaridade ao completarem o ensino fundamental, além de aposentadoria de trabalhadores dessa faixa de escolaridade.

Importante observar que entre a população feminina, mais da metade das mulheres ocupadas têm ensino médio (40%) ou ensino superior (16%), enquanto entre a população masculina essa proporção é inferior: 33% possuem o ensino médio e 9,7% o ensino superior. Do ponto

de vista inverso, verifica-se que o fato de mais da metade da população ocupada ter escolaridade inferior ao ensino médio decorre do maior peso que a população masculina tem no total de ocupados e desta população ter escolaridade menor do que a população feminina.

Esse comportamento mostra a tendência do mercado de trabalho em absorver o indivíduo com maior escolaridade, jovem ou adulto, mulher ou homem, e também do esforço de elevação da escolaridade empreendida pela população, resultado das políticas públicas de universalização escolar em que pese que essa elevação quantitativa não signifique uma elevação qualitativa de mesma intensidade.

Outro aspecto da população ocupada analisado foi com relação ao agrupamento ocupacional. Em termos gerais e desconsiderando as ocupações mal definidas que não é representativa, o único grupo ocupacional a apresentar redução do número de ocupados foi o dos trabalhadores agrícolas, que apresentou queda de 21% (-28,4% entre as mulheres e -17,4% entre os homens). Foi também neste grupo ocupacional onde se registrou redução de trabalhadores adultos. Em todos os demais houve aumento do número de pessoas ocupadas. A redução do número de ocupados se deu entre a população jovem que, relembremos, diminuiu em 1,6% entre 2004 e 2012. Essa redução ocorreu mais fortemente no grupo ocupacional dos *trabalhadores agrícolas*, cuja redução foi de -42,8% (-47,9% entre as mulheres e -41% entre os homens), seguindo-se o grupo ocupacional dos *trabalhadores dos serviços*, com -14,6% (-19,2% entre as mulheres e -6,9% entre os homens) e de *técnicos de nível médio* (-2,9%), neste último, contudo, a queda foi devida à redução de mulheres ocupadas neste grupo ocupacional (-11,6%) enquanto que entre os homens houve aumento do número de ocupados de 4,7%. Entre as mulheres, verificou-se também diminuição de ocupadas no grupo de *trabalhadores da produção de bens e serviços e de manutenção e reparação* (-11,2%).

Por outro lado, os grupos ocupacionais que mais aumentaram o número de trabalhadores ocupados foram: o de *profissionais das ciências e das artes*, com 65,6% (73,6% entre as mulheres e 54,1% entre os homens) e de *trabalhadores de serviços administrativos*, com 39,2% (49,2% entre as mulheres e 24,8% entre os homens), de *membros das forças armadas e auxiliares*, com 27% (66,7% entre as mulheres e 24,9% entre os homens), e *Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção*, com 22,8%, sendo que neste grupo ocupacional houve queda de -3,2% entre as mulheres e aumento de 28,1% entre os ocupados do sexo masculino.

A mudança na absorção da população segundo os grupos ocupacionais alteraram a estrutura ocupacional entre os dois anos analisados (tabela 6). A primeira mudança a ser destacada é a perda de participação dos *trabalhadores agrícolas* no conjunto de ocupados que passou de 20% em 2004 para menos de 15% em 2012, sendo que entre as mulheres essa participação ficou abaixo de 10%. Por outro lado, o grupo de *Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção* aumentou sua participação de 22,9% para 24,7%, sendo que esse aumento foi decorrência do aumento da participação deste grupo ocupacional na população masculina (de 32,85 para 37,2%), pois entre as mulheres houve redução da participação deste grupo (de 9,2% para 7,7%).

Quando se olha para a estrutura ocupacional desagregando-se por sexo, pode-se verificar que as mulheres concentram-se nas ocupações ligadas aos serviços e serviços administrativos e depois as ocupações do comércio. Entre os homens, os maiores grupos estão nas ocupações de produção de bens, manutenção e reparação, seguindo-se as ocupações agrícolas e dos serviços. Essa característica se observa tanto entre os jovens como entre os adultos. Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao aumento da participação das *trabalhadoras das ciências e das artes* (13%), onde estão os trabalhadores com nível de instrução superior, maior do que a observada no grupo das trabalhadoras do comércio (12%). O mesmo não se verifica entre os homens, onde os *profissionais das ciências e das artes*, cuja participação (5,9%) só é superior ao grupo de *dirigentes* (5,5%) e de *membros das forças armadas* (1,4%).

Tabela 6**População de 15 anos ou mais ocupada segundo sexo, por grupamento ocupacional e grupo etário. Brasil, 2004 e 2012.**

Grupamento Ocupacional	2004			2012		
	15 a 29	30 e mais	Total	15 a 29	30 e mais	Total
Total						
Dirigentes em geral	0,9	4,0	4,9	0,9	4,2	5,1
Profissionais das ciências e das artes	1,7	4,4	6,1	2,2	6,7	8,9
Técnicos de nível médio	2,6	4,5	7,2	2,2	4,5	6,7
Trabalhadores de serviços administrativos	4,3	3,9	8,2	5,1	4,9	10,0
Trabalhadores dos serviços	6,6	13,2	19,9	5,0	14,8	19,8
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,1	5,6	9,7	3,8	6,0	9,8
Trabalhadores agrícolas	6,7	13,6	20,3	3,3	10,7	14,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	7,9	14,9	22,9	7,5	17,2	24,7
Membros das forças armadas e auxiliares	0,3	0,5	0,8	0,3	0,6	0,9
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	35,3	64,7	100,0	30,5	69,5	100,0
Feminino						
Dirigentes em geral	0,8	3,1	4,0	0,9	3,6	4,4
Profissionais das ciências e das artes	2,4	6,2	8,7	3,3	9,8	13,1
Técnicos de nível médio	2,9	5,0	7,9	2,2	4,8	7,0
Trabalhadores de serviços administrativos	6,1	5,4	11,5	7,6	7,3	14,9
Trabalhadores dos serviços	9,9	21,4	31,3	6,9	24,0	30,9
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	5,0	6,6	11,6	4,8	7,2	12,0
Trabalhadores agrícolas	4,1	11,6	15,7	1,9	7,9	9,8
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	2,9	6,3	9,2	2,2	5,5	7,7
Membros das forças armadas e auxiliares	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	34,2	65,8	100,0	29,9	70,1	100,0
Masculino						
Dirigentes em geral	0,9	4,7	5,6	0,9	4,6	5,5
Profissionais das ciências e das artes	1,2	3,1	4,3	1,5	4,4	5,9
Técnicos de nível médio	2,4	4,2	6,6	2,2	4,2	6,5
Trabalhadores de serviços administrativos	3,0	2,8	5,8	3,3	3,2	6,4
Trabalhadores dos serviços	4,3	7,3	11,6	3,6	8,0	11,5
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	3,5	4,8	8,3	3,1	5,1	8,2
Trabalhadores agrícolas	8,5	15,1	23,6	4,4	12,8	17,2
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	11,6	21,2	32,8	11,4	25,8	37,2
Membros das forças armadas e auxiliares	0,5	0,8	1,3	0,5	0,9	1,4
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Total	36,0	64,0	100,0	30,9	69,1	100,0

Fonte: Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados. Elaboração própria.

3. O papel e os desafios do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nesta terceira seção discute-se o papel que o serviço público de emprego pode desempenhar tanto em relação ao estímulo a maior participação da população no mercado de trabalho, como na facilitação da contratação do trabalhador com o perfil adequado pelo setor empresarial.

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) foi constituído em 2005² com o objetivo de ser um instrumento que integrasse e articulasse as diversas políticas de mercado de trabalho de forma a eliminar as sobreposições existentes, ganhando-se em eficiência e eficácia na execução de tais políticas. Mas também, o novo formato buscava responder às especificidades do mercado de trabalho brasileiro, onde o emprego assalariado típico convive com outras formas de inserção ocupacional, tais como o trabalho por conta própria, o empregador, o trabalhador não remunerado e o trabalho doméstico. Ademais, e a despeito de ser de acesso universal, tinha-se a preocupação com o combate às diversas formas de discriminação por meio do fortalecimento de ações afirmativas e que atendimento preferencial à população com perfil mais vulnerável (Moretto, 2009).

Dentre as várias políticas de mercado de trabalho oferecidas pelo SPETR, vamos nos concentrar em três: o serviço público de emprego (SINE), o seguro desemprego e a qualificação profissional. A política de qualificação profissional visa permitir ao trabalhador adquirir ou aprimorar certas habilidades e competências que facilitem sua inserção no mercado de trabalho e permita-lhe criar uma trajetória ocupacional virtuosa ao longo de sua vida ativa. O seguro desemprego tem como objetivo garantir renda ao trabalhador no momento de desemprego involuntário, garantindo-lhe o meio para sua sobrevivência enquanto busca outra inserção ocupacional. Por fim, o serviço público de emprego é o responsável pela facilitação do encontro entre as vagas de emprego abertas pelas empresas e o trabalhador em busca de uma ocupação remunerada, i.e., a intermediação de emprego.

A adequação dessas políticas e sua contribuição para o bom funcionamento do mercado de trabalho têm limitações, dada pelo ritmo de crescimento da economia suficiente para absorver a parcela da população em busca de uma ocupação remunerada, bem como pelas instituições que regem o mercado de trabalho e, por fim, das políticas de proteção social, tais como a de assistência social. É a partir da evolução dessas outras dimensões e da interação entre elas e

² Resolução Codefat nº 466 de 21/12/2005.

com as políticas de mercado de trabalho que se poderá avaliar a capacidade das ações destas últimas terem maior ou menor efetividade e da capacidade de o SPETR ser um instrumento adequado, ainda que não o único, da governança do mercado de trabalho.

No que diz respeito à oferta de mão de obra, como mostra Wong e Carvalho (2006), o Brasil passa por uma transição na estrutura etária, com redução da população jovem que entra no mercado de trabalho o que no futuro significará a redução da população em idade de trabalho. Os autores destacam a importância de se aproveitar o período em torno das quatro primeiras décadas do século XXI quando o crescimento da população em idade ativa madura (25 anos ou mais) será positivo enquanto a população mais jovem (15 a 24 anos) irá diminuir em termos absolutos. Como essa população mais madura normalmente apresenta uma taxa de emprego maior do que a população mais jovem, o desafio é aproveitar esse período para incorporar esse contingente populacional em empregos com elevada produtividade, o que vai exigir uma força de trabalho capacitada.

Sabemos que, apesar da elevação da escolaridade da população brasileira, temos o problema da qualidade dessa escolarização. A mudança qualitativa somente ocorrerá no médio e longo prazo. Dessa forma, a estratégia de se buscar ampliar a qualificação técnica profissional da população pertencente à força de trabalho parece acertada, ainda que seja parte da solução.

Nesse sentido, as ações do SPETR podem contribuir na identificação do trabalhador a ser qualificado e fazer o encaminhamento desse trabalhador para as atividades de qualificação que sejam adequadas ao seu perfil. Em outra direção, deve-se ter condições de captar no mercado de trabalho as vagas disponíveis para a inserção desse trabalhador (re)qualificado. Ou seja, o duplo desafio de um serviço público de emprego é tanto identificar o perfil da oferta de mão de obra como as oportunidades abertas pelas empresas para inserir essa mão de obra no posto de trabalho no qual seja mais produtiva.

Sob esse ponto de vista, um aspecto chama a atenção. Como visto anteriormente, tanto entre a população jovem (15 a 29 anos) como entre a população adulta (30 anos ou mais) verificou-se uma redução da taxa de participação. Entre a população jovem, isso pode ser explicado pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho. Porém entre os adultos isso precisa ser investigado com mais detalhes. O que se pode sugerir é que, como o envelhecimento e, portanto, maior proporção de idosos entre as pessoas com 30 anos ou mais, tenha crescido o número de aposentados e seu peso no total dessa população.

De toda forma, verifica-se que entre a população ativa, ampliou-se a participação dos mais escolarizados, sobretudo com ensino médio. Talvez o mais importante, seja verificar que entre a população desocupada, que apresentou queda, também se verifica uma ampliação da escolaridade. Ou seja, é inegável que a população brasileira apresentou na década de 2000 uma elevação na instrução e, mesmo que a qualidade não tenha acompanhado essa elevação, pode-se considerar que temos uma população mais capacitada hoje em comparação com gerações passadas. Entre os desocupados, a maior taxa de desocupação é feminina, jovens e da população com o ensino fundamental completo (e ensino médio incompleto). Porém, o maior contingente de pessoas desocupadas é representado pelos que possuem o ensino médio completo (e superior incompleto), jovens e mulheres. Verifica-se, portanto, que esses grupos são os que apresentam maior dificuldade de inserção ocupacional e, portanto, pertencem ao grupo que deve ser visto com atenção pelos responsáveis pelas políticas de mercado de trabalho.

Em relação à população ocupada, observou-se a ampliação da participação da população mais escolarizada e adulta, ainda que mais da metade dos ocupados tivesse instrução inferior ao ensino médio em 2012. Verificou-se, também, que a grande maior parcela das mulheres está ocupada nos serviços, enquanto que entre os homens, a maior parcela constitui-se dos ocupados na produção de bens e serviços de manutenção e reparação, que são ocupações de menor especialização e que exigem menor escolaridade, além de serem mais fáceis de serem substituídas e, portanto, mais vulneráveis à rotatividade no trabalho.

A rotatividade continua a ser um instrumento utilizado pelas empresas para o ajuste da força de trabalho às condições da demanda. Ainda que no período recente tenha-se observado o crescimento da rotatividade por iniciativa do trabalhador, a maior responsável pela elevada rotatividade continua a ser decorrente da decisão do empregador (DIEESE, 2011). Dada a facilidade de demissão, o processo de recrutamento e seleção de forma menos rigoroso – o que elevaria seus custos – e, ao mesmo tempo, exigindo-se do trabalhador uma escolaridade superior à necessária para o posto de trabalho. A rotatividade, por sua vez inibe maiores gastos com a qualificação, seja da parte da empresa como da parte do trabalhador, o que poderia repercutir favoravelmente no resultado da atividade produtiva e abrir novas oportunidades para o trabalhador.

Outro fator a ser considerado com relação à rotatividade do trabalho é seu impacto sobre o seguro desemprego. O crescimento da economia na década de 2000, fez crescer o emprego

formal, ou seja, um maior número de trabalhadores passou a ter a carteira de trabalho assinada. Com isso, maior número de trabalhadores passaram a ter direito ao benefício do seguro desemprego em caso de desemprego involuntário. Normalmente, em economias desenvolvidas, a melhoria do mercado de trabalho, com a redução do desemprego, diminuem os pedidos do benefício e, conseqüentemente do volume de gastos com esse benefício. O que se verificou, contudo, no caso brasileiro foi que ao mesmo tempo em que cresceu o emprego formal, ampliou-se o número de beneficiários do seguro desemprego, em sentido contrário ao que deveria esperar, aumentando os gastos com o pagamento do benefício. Isso decorre, sobretudo, pela manutenção da taxa de rotatividade, como há mais trabalhadores empregados formalmente, aumentou o número de trabalhadores que demitidos e tem direito ao benefício do seguro desemprego.

Do ponto de vista do direito do trabalhador em receber o benefício, não há o que se mudar. O que se pode fazer é, por um lado, criar mecanismos que incentivem as empresas a melhorarem a seleção dos seus trabalhadores e reduzam a rotatividade. Por outro lado, pode-se criar mecanismos de coibir a fraude por parte do trabalhador que receba o seguro desemprego. Esses dois aspectos podem ter a contribuição do SPETR, por meio de sua função de intermediação de mão de obra.

Primeiramente no recrutamento e seleção de pessoal, sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas, normalmente mais frágeis financeiramente e, na maioria das vezes sem um departamento especializado na atividade de recrutamento e seleção, ou, quando este existe, com pessoal pouco qualificado e em número reduzido. Ao melhorar o recrutamento e seleção de pessoal, a empresa poderá ter incentivos para mantê-lo no momento de baixa do ciclo de negócios.

A segunda contribuição do SPETR é no acompanhamento do trabalhador desempregado, inscrevendo-o como beneficiário do seguro desemprego e no serviço de intermediação. A partir do momento em que o trabalhador entra no sistema torna-se importante produzir as informações necessárias sobre seu perfil e as necessidades de serviços adequados para ajudá-lo a se reinserir no mercado de trabalho. Ao oferecer um conjunto de serviços, desde aconselhamento profissional até o encaminhamento para cursos de qualificação técnica e profissional, o SPETR tem que fazer o acompanhamento desse trabalhador de forma a desestimulá-lo durante o período de recebimento do benefício do seguro desemprego de se submeter ao trabalho informal para ter no benefício um complemento de renda. Se do ponto

de vista a atitude do trabalhador é compreensível pelos ganhos que o mesmo obtém no curto prazo, é preciso mostrar-lhe que isso significa perdas no longo prazo, como o tempo de contribuição para a previdência social que não é recolhida durante o período em que recebe o benefício e trabalha sem o registro do vínculo de emprego.

Em suma, o SPETR pode contribuir para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho. As mudanças observadas no perfil da população economicamente ativa colocam desafios novos, como por exemplo, ampliar sua capacidade de inserção no emprego de uma população com maior escolaridade, i.e., torna-se importante aperfeiçoar a prospecção de postos de trabalho com maior refinamento para atender esse trabalhador mais escolarizado. Ao mesmo tempo, tem que responder às necessidades dos trabalhadores com maior vulnerabilidade e menor probabilidade de inserção. Assim, a capacidade de articular as várias políticas de mercado de trabalho disponíveis, bem como a criação de novos instrumentos de intervenção, para poder responder aos diferentes desafios e públicos é fundamental para a efetividade de sua ação. Ao mesmo tempo, parecer ser premente aprimorar sua função de informação sobre o mercado de trabalho até para prospectar as necessidades futuras de qualificação que oriente as iniciativas voltadas à formação e qualificação profissionais. Por fim, o bom desempenho de algumas iniciativas podem decorrer da articulação e integração das ações do SPETR com outras políticas públicas, sobretudo com as políticas sociais. Nesse sentido, construir pontes e arranjos adequados para a cooperação entre as políticas de mercado de trabalho e as demais políticas públicas tornam-se desejáveis.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, A. F.; MORETTO, A. J. Development Pattern, Labour Market and Social Protection in Brazil: What Has (and What Has Not) Changed under the Lula Government?. In: Gerry Rodgers. (Org.). **Aligning economic and social goals in emerging economies: Employment and social protection in Brazil, China, India and South Africa**. 1 ed. New Delhi: Academic Foundation, 2012, v1.

Brasil estuda incentivar vinda de jovens estrangeiros qualificados para trabalhar no país. Agência Brasil, 22/08/2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-22/brasil-estuda-incentivar-vinda-de-jovens-estrangeiros-qualificados-para-trabalhar-no-pais>, acesso em 21abr2014.

CACCIAMALI, Maria C. & CAMILLO, Vladimir S. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? **Economia e Sociedade**, v.18 n.2 (36), p.287-316, 2009.

CARDOSO Jr, J. C. Determinantes da recuperação do emprego formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipóteses para uma agenda de pesquisa. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 4 (116), pp. 357-376, outubro-dezembro/2009.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.128p.

Falta de mão de obra qualificada afeta 65% das empresas, diz CNI. Agência Brasil, 28/10/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-28/falta-de-mao-de-obra-qualificada-afeta-65-das-empresas-diz-cni>, acesso em 21abr2014.

Falta de mão de obra qualificada é um dos principais obstáculos à inovação na indústria. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-05/falta-de-mao-de-obra-qualificada-e-um-dos-principais-obstaculos-inovacao-na-industria>, acesso em 21abr2014.

Falta de mão de obra qualificada emperra crescimento no NE. <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/falta-de-mao-de-obra-qualificada-emperra-crescimento-no-ne>, acesso em 21abr2014.

Ipea: país não vive pleno emprego nem há falta de mão de obra qualificada. Agência Brasil, 07/10/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-07/ipea-pais-nao-vive-pleno-emprego-nem-ha-falta-de-mao-de-obra-qualificada>, acesso em 21abr2014.

LAVINAS, Lena. Brasil, de la reducción de la pobreza al compromiso de erradicar la miseria. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, nº 97-98, April 2012, pp.67-86.

MORETTO, A. J. O sistema público de emprego, trabalho e renda: uma construção inacabada.

O que o mercado quer? Profissionais com poder de adaptação. <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1063/noticias/a-cara-do-novo-emprego>, acesso em 21abr2014.

Qualificação da mão de obra brasileira, uma nova urgência – Brasil Econômico, em 27.02.2012. SAE na mídia. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=14995>, acesso em 21abr2014.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, Jorge A. de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. v.1. pp. 27-56.

WONG, L.L.R. e CARVALHO, J.A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.